

# Desigualdades e Relações Socioeconômicas nas Cidades-Gêmeas da Fronteira Brasil-Bolívia

## Inequalities and Socio-economic Relations in the Twin Cities of the Brazilian-Bolivian Border

Vicente Giaccaglini Ferraro Jr.<sup>i</sup>

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

**Resumo:** Fronteiras são regiões onde as desigualdades socioeconômicas entre países tornam-se mais salientes, influenciando a dinâmica dos fluxos territoriais orientados pela disponibilidade de serviços públicos e oportunidades comerciais. O presente artigo tem por objetivo apresentar os principais elementos de desigualdade que condicionam as interações entre os municípios localizados na fronteira Brasil-Bolívia, com destaque para seus aspectos históricos e políticos, bem como a questões que envolvem educação e saúde. A pesquisa contou com trabalho de campo e entrevistas realizadas nos três maiores grupos de cidades-gêmeas da região, em específico Corumbá/Ladário (Mato Grosso do Sul) – Puerto Quijarro / Puerto Suárez (Santa Cruz, BOL); Guajará-Mirim (Rondônia) – Guayamerín (Beni, BOL) e Brasileia / Epitaciolândia (Acre) – Cobija (Pando, BOL). Constatou-se que as desigualdades socioeconômicas exercem impacto direto na orientação dos fluxos territoriais entre as urbes fronteiriças, bem como nas relações de estigma que permeiam o cotidiano local.

**Palavras-chave:** Cidades-Gêmeas; Desigualdades Socioeconômicas; Relações Fronteiriças; Integração Fronteiriça; Fronteira Brasil-Bolívia.

**Abstract:** Borders are regions where socio-economic inequalities between nations become salient and influence the dynamics of territorial flows orientated by the availability of public services and commercial opportunities. This paper presents the main elements of inequality that condition interactions between municipalities located in the Brazil-Bolivia border region, with special regard to historical and political aspects as well as to issues related to education and healthcare. The research involved fieldwork and interviews conducted in the three largest twin-city areas of this region: Corumbá/Ladário (Mato Grosso do Sul, BRA)–Puerto Quijarro/Puerto Suárez (Santa Cruz, BOL); Guajará-Mirim (Rondônia, BRA)–Guayamerín (Beni, BOL) and Brasileia/Epitaciolândia (Acre, BRA)–Cobija (Pando, BOL). Socio-economic inequalities are shown to direction territorial flows between border cities and to create social stigma that permeates every aspect of local everyday life.

**Keywords:** Twin Cities; Socio-economic Inequalities; Cross-Border Relations; Cross-Border Integration; Brazil-Bolivia Border Region.

---

<sup>i</sup> Doutorando em Ciência Política na USP. [vgferraro.jr@hotmail.com](mailto:vgferraro.jr@hotmail.com). <https://orcid.org/0000-0001-8444-7739>

## Introdução

Regiões de fronteira são verdadeiros laboratórios de processos integrativos, marcados por inúmeras assimetrias e desigualdades. Nelas é possível constatar a fluidez de conceitos como nação, país, soberania, identidade e cultura – sua dinamicidade muitas vezes se sobrepõe à fixidez que os Estados nacionais, embasados em uma lógica de poder e controle territorial, tentam conferir às suas margens. Raffestin (1993) destaca que a dialética entre dinâmica e rigidez das fronteiras está vinculada ao exercício do poder, que ora pretende assegurar a continuidade, deslocando os limites, ora a descontinuidade, estabelecendo novos limites: “toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota” (RAFFESTIN, 1993, p. 164). O limite é, portanto, um sistema sêmico, relacional e ideológico que justifica territorialmente as relações de poder e possibilita a realização de projetos sociopolíticos e econômicos.

De particular interesse para os estudos fronteiriços é a Zona de Fronteira Brasil-Bolívia, caracterizada por dois fatores substanciais: o histórico isolamento das cidades-gêmeas bolivianas em relação aos grandes núcleos urbanos nacionais e a elevada desigualdade socioeconômica entre os países, que se reflete nos fluxos transfronteiriços orientados tanto pela relação entre oferta e demanda de serviços públicos quanto pelas trocas comerciais. O presente artigo tem por objetivo apresentar os principais elementos de desigualdade que condicionam as interações socioeconômicas nessa fronteira, conferindo destaque aos aspectos políticos e sociais, bem como a elementos referentes à educação e saúde pública. Foram realizados estudos de caso abrangendo as principais cidades-gêmeas da região, em específico Corumbá / Ladário (Mato Grosso do Sul) – Puerto Quijarro / Puerto Suárez (Santa Cruz); Guajará-Mirim (Rondônia) – Guayamerín (Beni); e Brasília / Epitacionlândia (Acre) – Cobija (Pando). Todos os casos contaram com pesquisa de campo e questionários específicos para diferentes atores<sup>1</sup>. Também apresentamos alguns dados socioeconômicos que nos fornecem uma dimensão objetiva das disparidades.

Constatou-se que as desigualdades socioeconômicas na oferta de políticas e serviços públicos entre os países exercem grande impacto na dinâmica dos fluxos transfronteiriços, bem como nos preconceitos que permeiam o cotidiano local<sup>2</sup>. Espera-se que os resultados possam subsidiar futuros estudos sobre a região, apontando novas problemáticas de pesquisa, além de contribuir para a proposição de políticas de integração. A fim de compreendermos as múltiplas faces das desigualdades, dividimos o artigo nas seguintes seções: aspectos históricos e sociopolíticos, educação, saúde e indicadores das assimetrias.

## Aspectos Históricos e Sociopolíticos

As relações políticas na Zona de Fronteira Brasil-Bolívia por muito tempo se caracterizaram por acordos e arranjos informais visando atender às necessidades locais, por ora ignoradas pelos respectivos Estados nacionais. As funcionalidades transfronteiriças predominavam sobre o arcabouço político-institucional, em uma lógica de sobrevivência e autossustentação. Devido à maior concentração populacional na parte oeste do país, centro da matriz econômica colonial – extração de prata –, a fronteira leste boliviana foi historicamente relegada a um segundo plano (BRUSLÉ, 2012). Prova de tal paradigma são as

vias que conectam as cidade-gêmeas aos grandes centros nacionais: a estrada que interliga Cobija e La Paz foi construída somente em 1992, enquanto a rodovia entre Puerto Suárez e Santa Cruz foi asfaltada apenas na segunda metade dos anos 2000, com o aporte de recursos brasileiros. A Tabela 1 mostra a distância entre as cidades da fronteira em relação aos seus respectivos centros regionais, bem como os meios de travessia do limite.

Tabela 1 – Informações geoespaciais sobre as cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia.

<b>Grupos (estados / departamentos)</b>	<b>Municípios</b>	<b>População</b>	<b>Distância em relação aos centros regionais</b>	<b>Conexão fronteiriça</b>
Mato Grosso do Sul – Santa Cruz	Corumbá (BRA)	103.703	426 km	Estrada
	Ladário (BRA)	19.617	(Campo Grande)	
	Puerto Suárez (BOL)	19.829	650 km	
	Puerto Quijarro (BOL)	16.659	(Santa Cruz de la Sierra)	
Rondônia – Beni	Guajará-Mirim (BRA)	41.656	328 km	Embarcações
	Guayaramerín (BOL)	41.814	(Porto Velho) 976 km (Trinidad)	
Acre – Pando	Brasileia (BRA)	21.398	220 km	Pontes
	Epitaciolândia (BRA)	15.100	(Rio Branco)	
	Cobija (BOL)	46.267	Capital departamental	

Fonte: compilado pelo autor com base em dados do IBGE (2010) e INE (2012).

Tal isolamento contribuiu para que as cidades bolivianas se tornassem muito dependentes de serviços, recursos e equipamentos públicos disponíveis nas cidades brasileiras. Devido à incipiente presença de instituições estatais, muitos bolivianos estudavam no Brasil. Ademais, a melhor cobertura de canais brasileiros de televisão favoreceu uma maior penetração do português. A partir da década de 1990 essa situação começou a se alterar: a entrada de produtos chineses pelos portos de Iquique e Arica no Chile, a melhoria da infraestrutura rodoviária e o êxodo rural boliviano deram novo impul-

so à dinâmica comercial fronteiriça, que de periferia vem se tornando o centro de um verdadeiro corredor transoceânico. A fronteira passou a receber migrantes de diversos departamentos da Bolívia, principalmente do Altiplano, e os órgãos centrais estatais aos poucos firmaram sua presença na região. Segundo Perrier Bruslé (2012), os fluxos migratórios contribuíram para a “bolivianização” da fronteira, até então muito vinculada ao Brasil, rompendo em certa medida os tradicionais laços sociais, culturais e políticos fronteiriços. Ao mesmo tempo, o *boom* comercial conferiu maior crescimento e vivacidade às povoações bolivianas – somente em Cobija a população aumentou de 22,3 mil para 46,3 mil de 2001 a 2012, uma das maiores taxas de crescimento de toda a Bolívia (INE, 2012)<sup>3</sup>. Todos os municípios da fronteira boliviana contam com elevado número de migrantes de outras regiões do país<sup>4</sup>. Steiman (2002, p. 107) ressalta a urbanização e os impactos socioespaciais ocasionados pelo aumento de fluxos territoriais e as transformações econômicas na fronteira amazônica:

A exportação de borracha, de peles e de madeira, inicialmente, e mais tarde, de drogas e precursores químicos, aliada às trocas comerciais realizadas entre as cidades-gêmeas no limite internacional, ampliaram a rede de relações das cidades da zona de fronteira e provocaram alterações na organização espacial. Se não foram capazes de propiciar acumulação interna de capital, exceto de forma extremamente concentrada e não reinvestida no local, essas atividades provocaram uma intensa urbanização, uma incipiente diferenciação na hierarquia urbana e a desagregação das atividades extrativas e de subsistência que prevaleciam na fronteira norte até então.

As políticas centralizadoras adotadas após a eleição de Evo Morales em 2005 trouxeram profundas mudanças ao Estado boliviano: a nacionalização dos hidrocarbonetos e a maior presença de órgãos estatais na fronteira estão entre os principais fatos que marcaram o período. Em cumprimento a uma norma constitucional que limita a posse de terras por estrangeiros em uma faixa de 50 km ao longo do limite político internacional, centenas de famílias de brasileiros – os “brasilianos” – foram removidas da zona rural do departamento de Pando e realocadas em assentamentos do Inkra no Acre, gerando indisposição na região. Tal norma esteve em vigor desde a Constituição boliviana de 1938, mas praticamente não havia sido colocada em prática – com a adoção da Constituição de 2009, está presente no artigo 262<sup>o</sup>. O controle também foi reforçado com a Lei de Desenvolvimento e Segurança Fronteiriça de 2011.

Em 2008 centenas de bolivianos deixaram Cobija e buscaram refúgio no Acre após enfrentamentos entre camponeses indígenas, partidários das reformas centralizadoras de Evo Morales, e setores da elite local, que pleiteavam maior autonomia departamental perante o governo central (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014). O massacre de indígenas em Porvenir culminou na prisão do governador de Pando Leopoldo Fernandez, membro de uma tradicional família local, e trouxe tensão à região. Supostos militares bolivianos foram vistos à paisana nas ruas de Brasileia rondando os refugiados, representantes da elite pandina destituída, e provocando constrangimentos entre as autoridades (FIORI, 2008)<sup>5</sup>.

Bruslé (2012, p. 55) afirma que em Cobija a ausência de um controle estatal efetivo, com instituições formais atuantes, favoreceu o desenvolvimento de redes informais assentadas não na legitimidade política, mas no poder econômico: “a tradição de transgredir as leis é tão forte que se converteu em um *habitus* fronteiriço”. Brasileiros entrevistados, especialmente autoridades federais, queixaram-se da alta corrupção na Bolívia, a qual dificulta maiores avanços no processo de integração. Extorsão por policiais locais e guardas de trânsito, leis pouco claras aos estrangeiros (especialmente no trânsito e nos procedimentos migratórios), trabalho infantil e violação aos direitos humanos em presídios estão entre as principais menções. Afirmaram que pelo fato de o Brasil ser relativamente mais rico, bolivianos acreditam que o país tem a obrigação de arcar com os custos da integração. Também alegam que a “facilidade” que comerciantes bolivianos encontram no Brasil não tem reciprocidade na Bolívia. Alguns bolivianos entrevistados admitiram que o respeito às leis e a atuação dos órgãos de controle deixam a desejar quando se compara ao Brasil. Por outro lado, reclamaram do preconceito por parte de agentes da Receita Federal e Polícia Federal, dos empecilhos para transportar gêneros alimentícios ao Brasil (em Guajará-Mirim) e, apesar do maior controle, da violência no lado brasileiro – muitos afirmaram evitar atravessar a fronteira em determinadas horas do dia, temendo assaltos e roubos.

As elites intelectuais e políticas da área “core” brasileira historicamente olharam para a fronteira como um local estratégico de segurança nacional, militarização e constantes tensões geopolíticas, o que reforçou as tradicionais relações de estigma com os vizinhos. Durante a pesquisa de campo, verificou-se que o desmonte da feira Bras-Bol em Corumbá, um camelódromo onde trabalhavam muitos comerciantes bolivianos, causou mal-estar nas relações locais entre brasileiros e bolivianos. Segundo Costa (2015, p. 57),

práticas de controle e vigilância acabam por tornar explícitas as divisões nacionais e étnicas na fronteira, a partir das quais se estruturam as estratégias dos órgãos de governo, como a Polícia Federal, a Receita Federal, a Prefeitura de Corumbá e os critérios de inclusão e exclusão de grupos sociais na fronteira.

Paradoxalmente, a diminuição da integração informal (funcional) no nível local, em decorrência dos movimentos migratórios e da imposição de instituições do Estado boliviano, foi acompanhada pelo aumento da integração formal bilateral entre Brasil e Bolívia, principalmente nos governos do Partido dos Trabalhadores e Evo Morales, quando houve maior convergência ideológica em pautas internacionais e socioeconômicas. Projetos de integração sul-americana ganharam destaque, abrangendo obras de infraestrutura e cooperação fronteiriça. Os chamados Comitês de Integração Fronteiriça, iniciativa promovida pelo Ministério de Integração Nacional em coordenação com outros órgãos federais, estaduais e locais, vêm aos poucos incentivando debates sobre políticas públicas entre autoridades e representantes da sociedade civil de ambos os lados da fronteira. Na pesquisa de campo observou-se que a integração *top-down* promovida pelos comitês é um processo lento e dependente da predisposição das autoridades que atuam *in loco*. Em Guajará-Mirim–Guayamerín verificou-se a também a participação de lideranças estaduais e departamentais, que abordaram diferentes temáticas (GOVERNO DE RONDÔNIA, 2016). Representantes do poder público de ambos os países deram respostas contraditórias

quanto à atuação dos comitês e sua eficácia, mas certamente a iniciativa foi um importante passo rumo à resolução de divergências e à promoção da cooperação fronteiriça.

Com base na tipologia de Tito C. Machado de Oliveira (2005), pode-se afirmar que as cidades-gêmeas analisadas estão passando por um processo de transição entre “território perigoso”, caracterizado por alta integração informal (funcional) e pouca atuação dos Estados, para “fronteira viva”, com equilibrada integração funcional e institucional. Alguns processos de integração espontâneos foram rompidos pela maior presença institucional estatal, mas seria precipitado falar de uma “burocratização” da fronteira. Já de acordo com os critérios do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005), este segmento da Zona de Fronteira apresenta tanto elementos de fronteira “capilar”, com predominância de trocas difusas no nível local e integração espontânea, quanto de “sinapse”, como o crescente nível de trocas para além do âmbito local, o alto fluxo de turistas comerciais e o apoio dos respectivos Estados a projetos de infraestrutura e urbanização. Vale observar que essa Zona de Fronteira conta com alguns núcleos populacionais gêmeos em fase de “nascimento”, como é o caso da Vila Evo Morales, defronte ao município acreano de Plácido de Castro, e da Vila Buena Vista, próxima ao município rondoniense de Costa Marques – o crescimento de ambas as vilas, com precária infraestrutura, é impulsionado pela atividade comercial (Figura 1).



Figura 1 – Bolivianas atravessando a ponte binacional Wilson Pinheiro sobre o rio Acre entre Brasileia (AC) e Cobija (Pando), inaugurada em 2006. Foto: Ferraro Jr. (Ago./2013).

## Educação

As desigualdades entre Brasil e Bolívia são muito salientes na área da educação. Nos três grupos de cidades-gêmeas verificou-se a frequência de bolivianos em escolas brasileiras, enquanto nas universidades bolivianas é recorrente a matrícula de alunos brasileiros, principalmente nos cursos de medicina (Tabela 2). O fluxo de alunos bolivianos nas escolas públicas brasileiras é maior nas cidades-gêmeas de Corumbá (MS)–Puerto Quijarro (Santa Cruz), sobretudo em decorrência das maiores assimetrias de infraestrutura e recursos nessa fronteira. Em 2013, a prefeitura informou que mais de 600 bolivianos em idade escolar estudavam no município, o que equivalia a quase 4% do total de alunos (VASCONCELOS, 2013).

Tabela 2 – Habitantes de municípios brasileiros que frequentam faculdades, escolas ou creches no exterior (número de indivíduos e percentual sobre o total de estudantes do município)<sup>10</sup>.

Município	Número de estudantes	Percentual do total municipal
Corumbá (MS)	170	0,50%
Ladário (MS)	16	0,23%
Guajará-Mirim (RO)	153	1,03%
Brasileia (AC)	238	3,41%
Epitaciolândia (AC)	343	6,13%

Fonte: Compilado com base nos dados do IBGE Cidades (2010).

As relações de estigma são marcantes: em várias escolas foi relatada a prática de *bullying* contra bolivianos. Segundo professores e funcionários entrevistados, a palavra “boliviano” foi estigmatizada pelos próprios alunos bolivianos, como uma autonegação da identidade. No anseio de promover uma integração simétrica e intercultural, algumas escolas aderiram ao Projeto Escolas Bilíngues de Fronteira (PEIBF), idealizado pelo governo federal: periodicamente professores brasileiros discorrem sobre temas diversos em português nas escolas bolivianas, enquanto professores bolivianos fazem apresentações em espanhol nas escolas brasileiras<sup>6</sup>. Alguns professores afirmaram que as relações entre os profissionais de ambos os países são muito “formais” e a maior parte das iniciativas e recursos é proposta pelo lado brasileiro, o que dificulta o avanço do projeto<sup>7</sup>. Limitações burocráticas e econômicas quanto à travessia dos alunos brasileiros ao outro “lado” também foram apontadas como um obstáculo a projetos de integração escolar.

Diversas escolas da fronteira acreana e rondoniense optaram pelo espanhol como língua estrangeira, tratamento pouco observado nas escolas bolivianas em relação ao

português. Em 2005 foi adotada a Lei Federal nº 11.161, estabelecendo a introdução gradual do espanhol nas escolas brasileiras. Após a revogação da mesma lei em 2017, estados fronteiriços reagiram e passaram a se mobilizar para manter a obrigatoriedade do espanhol por meio da legislação estadual: a medida foi aprovada em Rondônia em 2018<sup>8</sup> e no Acre em maio de 2019<sup>9</sup>.

Junto às escolas corumbaenses mais próximas ao limite político – como o CAIC Padre Ernesto Sassida, onde quase 30% dos alunos são bolivianos (CLARO, 2015) – é possível observar alunos bolivianos pedindo carona ou aguardando conhecidos para regressar a Puerto Quijarro no final do dia. Tal fenômeno evidencia a flexibilização de normas jurídicas a fim de atender às necessidades do cotidiano fronteiriço – formalmente, menores de idade não podem ingressar no Brasil ou sair do país sem o acompanhamento dos pais ou autorização legal, mas na prática as autoridades fazem vista grossa. De acordo com Costa (2015, p. 41),

Os bolivianos, sobretudo aqueles que dependem de cruzar diariamente a linha divisória entre os países para sobreviver, vivenciam em Corumbá uma situação ambígua e marginal (no sentido de estarem à margem da sociedade, principalmente no que se refere aos direitos), nos interstícios das estruturas de poder, muitas vezes nos limites entre o legal e o ilegal.

Em Guajará-Mirim (RO) constatou-se a realização de programas de combate ao *bullying* em diversos estabelecimentos de ensino, o que, segundo professores, contribuiu para uma significativa diminuição dos preconceitos. Algumas instituições educacionais promoveram projetos culturais em conjunto com escolas bolivianas. Ao longo do dia podem-se observar crianças bolivianas e filhos de brasileiros residentes na Bolívia atravessando o rio Mamoré em direção ao Brasil, bem como bolivianos residentes no Brasil indo estudar na Bolívia. Em um gesto de incentivo à educação, as embarcações que fazem a travessia não cobram passagem dos estudantes. Em 2011, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) estimou que 150 estudantes atravessavam o rio diariamente (Figura 2).





Figura 2 – Porto de Guajará-Mirim às margens do rio Mamoré onde estudantes aguardam embarcação para Guayaramerín.

Foto: Ferraro Jr. (Ago./2013).

Na fronteira de Brasileia/Epitaciolândia (AC) – Cobija (Pando) verificaram-se menos relatos de *bullying*, mas também menor frequência de bolivianos nas escolas brasileiras. Um estudo realizado por Silveira da Silva (2017) em seis escolas de Brasileia e Epitaciolândia em 2014 mostrou que apenas 23 alunos eram bolivianos. Por outro lado, Cobija é a cidade da fronteira com maior frequência de alunos brasileiros no ensino superior, em especial na Universidade Amazônica de Pando (UAP) e Universidade Técnica Privada Cosmos (UNITEPC).

Segundo professores e diretores dessas instituições, em algumas turmas mais de 80% dos alunos são brasileiros. Também relataram que a relação com os colegas bolivianos nem sempre é amistosa: “brasileiros tendem a formar grupos isolados” e “se sentem superiores aos colegas bolivianos”. Devido aos menores preços, à proximidade com o Brasil e à boa infraestrutura urbana, parte considerável dos estudantes brasileiros reside em Cobija. Outra desigualdade acentuada é a diferença salarial: segundo os entrevistados da área da educação, a remuneração dos professores brasileiros é significativamente maior que a praticada na Bolívia. Vale ressaltar que os funcionários públicos da fronteira boliviana contam com o chamado “subsídio de fronteira”, recebendo 20% a mais que os salários praticados em outras regiões do país<sup>11</sup>.

Em uma situação de indisposição com o aparato estatal, coordenadores de escolas públicas brasileiras mencionaram os entraves burocráticos para matricular alunos estran-

geiros, como a exigência de permissão da Polícia Federal e a tradução juramentada dos documentos para o português. O valor da tradução é por vezes um obstáculo proibitivo à matrícula de crianças bolivianas de baixa renda. Por cada irregularidade a escola é passível de ser punida financeiramente ou não receber o devido repasse.

Nas três fronteiras observou-se a participação de escolas nos desfiles cívicos de ambos os países, ainda que a frequência varie de uma para outra. Em Guajará-Mirim, no dia da independência boliviana, 6 de agosto, é feriado municipal (Dia da Bolívia), enquanto o 7 de setembro é feriado em Guayaramerín. Na fronteira acreana moradores de ambos os lados se queixaram de que a integração educacional e cultural tem perdido força.

## Saúde

Assim como a educação, a saúde é marcada pela elevada frequência de bolivianos na rede pública brasileira. Apesar de o SUS garantir apenas o atendimento emergencial a estrangeiros, há alta procura por tratamentos especializados e maternidade. Entrevistados afirmaram que bolivianas buscam dar à luz em hospitais do Brasil para que seus filhos possam ter a cidadania brasileira e contar com maiores direitos e facilidades quanto aos programas assistenciais, aos serviços públicos e a demais trâmites migratórios. Segundo Costa (2015, p. 40), os bolivianos nascidos no Brasil “acionam suas identidades de ‘brasileiros’, sobretudo quando necessitam de serviços e direitos do lado brasileiro da fronteira, como acesso à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho”. Fenômeno semelhante foi observado em outras cidades-gêmeas com elevadas assimetrias socioeconômicas, principalmente na Zona de Fronteira Brasil-Paraguai (FERRARO JR., 2011). Vale destacar que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) da Bolívia não revelam um percentual muito elevado de residentes nos municípios bolivianos nascidos no exterior (Tabela 3) – a categoria “residentes nascidos no exterior” pode abranger também brasileiros residentes na Bolívia.

Tabela 3 – População de municípios bolivianos por local de nascimento (absoluta e percentual).

Local de Nascimento	Cobija (Pando)		Guayaramerín (Beni)		Puerto Suárez (Santa Cruz)		Puerto Quijarro (Santa Cruz)	
Município	24.022	51,92%	27.005	64,58%	14.621	73,73%	8.720	52,34%
Outro lugar da Bolívia	21.279	45,99%	14.080	33,67%	4.882	24,62%	7.383	44,32%
Exterior	966	2,09%	729	1,74%	326	1,64%	556	3,37%
<b>Total</b>	<b>46.267</b>	<b>100,00%</b>	<b>41.814</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.829</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.659</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: compilado pelo autor com base no Censo 2012 do INE.

No geral, os municípios de fronteira recebem recursos correspondentes ao tamanho de suas populações. O atendimento à população das cidades vizinhas bolivianas

é um fator que sobrecarrega o sistema de saúde local em diferentes medidas. Por meio de “subterfúgios ilegais”, como comprovantes de residência falsos, alguns bolivianos logram obter o cartão do SUS mesmo sem residir no Brasil (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015, p.1144). Já os que não possuem o cartão são atendidos de acordo com a discricionariedade dos hospitais: alguns entrevistados relataram que já tiveram o atendimento recusado. Um estudo realizado por Tamaki et al. (2008, p. 77, apud SILVA, 2010) apontou que um dos principais problemas de saúde na fronteira decorre da “falta de definição do direito e do financiamento à saúde da população não residente no país”. Médicos e diretores de hospitais informaram que sem o cartão não é possível registrar o atendimento no sistema, então para o SUS é como se eles não existissem – não há qualquer repasse pelos serviços prestados. De acordo com Silva (2010, p. 69), as bases de dados do Ministério da Saúde são pouco fidedignas quanto ao número de estrangeiros atendidos em virtude “do medo do estrangeiro se identificar como tal e ser furtado do atendimento, das inconformidades no registro da informação ou por conta de o sistema não permitir o registro da nacionalidade”. Políticas públicas como o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteiras), que preveem maior dotação de recursos para os municípios fronteiriços, tiveram resultados pouco conclusivos até o momento.

Das cidades-gêmeas visitadas, Corumbá (MS) foi a que mais apresentou reclamações referentes à sobrecarga no sistema público de saúde, o que mais uma vez evidencia maior nível de desigualdade e assimetria nesta fronteira. Estimativas de Ferreira, Mariani, Oliveira Neto (2015, p. 81) apontam que no Pronto Socorro e na Santa Casa entre 10% e 16% da população atendida seja boliviana – percentual que aumenta nas unidades de saúde próximas ao limite fronteiriço. Moradores informaram que no passado, quando Puerto Quijarro e Puerto Suárez eram pequenos povoados, era maior a frequência de mulheres que davam à luz em hospitais brasileiros.

Em Guajará-Mirim (RO) observou-se uma demanda relativamente menor pelos hospitais brasileiros, mas autoridades locais também se queixam de sobrecarga, especialmente em decorrência de acidentes graves de trânsito – o município boliviano conta com alta circulação de motocicletas e, como nas demais cidades bolivianas da fronteira, é raro o uso de capacetes. Em 2017, o prefeito tentou firmar um acordo com autoridades da Bolívia para a divisão dos custos com atendimento de bolivianos na rede pública de saúde (FREITAS Jr., 2017). Curiosamente, na fronteira acreana constatou-se o fenômeno inverso: um considerável fluxo de brasileiros aos centros médicos bolivianos, públicos e particulares. Por ser capital departamental, Cobija conta com mais equipamentos públicos do que Brasileira e Epitaciolândia. Para alguns tratamentos especializados, brasileiros muitas vezes se dirigem a Cobija ou à capital Rio Branco. O sistema público de saúde boliviano não é gratuito: ainda que se cobrem valores modestos, muitos bolivianos de baixa renda optam pelos hospitais públicos brasileiros.

No maior hospital de Cobija, o Roberto Galindo Terán<sup>12</sup>, é possível encontrar estudantes brasileiros praticando residência e, nos corredores, anúncios de clínicas particulares brasileiras que realizam determinados exames não disponíveis no lado boliviano. Os serviços de saúde se complementam: a procura de brasileiros por consultórios odontológicos e clínicas especializadas particulares de Cobija e, em menor escala, de Guayamerín, é um fenômeno recorrente. Nesta última, observou-se um fluxo significativo

de brasileiros em busca de atendimento oftalmológico pelas Brigadas Médicas Cubanas, com caravanas provenientes do interior de Rondônia e Mato Grosso. A cooperação cubana também esteve presente no centro de diagnósticos de Puerto Suárez – mais de 700 médicos cubanos operam em toda a Bolívia (TAMAYO, 2018).

A Bolívia também recebeu suporte do governo japonês, que equipou o hospital Roberto Galindo, e do Brasil, que em certas ocasiões doou vacinas, ademais de prestar assistência no combate a epidemias de dengue, especialmente em Guayaramerín. O barco-hospital de Rondônia, Walter Bartolo, realiza atendimento itinerante tanto de ribeirinhos brasileiros quanto de bolivianos ao longo do rio Guaporé (GOVERNO DE RONDÔNIA, 2017). Venezuelanos também auxiliaram na prestação de serviços médicos, na construção de estradas, em programas de alfabetização no campo e na oferta de bolsas de estudo.

Um entrave significativo à atuação dos profissionais da saúde na fronteira acreana é o impedimento da passagem de ambulâncias bolivianas para o Brasil. Médicos bolivianos afirmaram que em determinadas situações pacientes brasileiros precisam ser levados para Rio Branco, mas os órgãos de controle brasileiros restringem o acesso das ambulâncias. Relataram que, apesar da existência de acordos com o estado do Acre, as autoridades aduaneiras só reconhecem acordos no âmbito federal. O transporte é feito então no período noturno, após o fechamento da aduana. No momento de realização da pesquisa, Brasileira e Epitaciolândia contavam com duas ambulâncias, enquanto Cobija – aproximadamente quinze. Até 2015 a capital de Pando não possuía o seu próprio corpo de bombeiros<sup>13</sup>: em situações de emergência, como incêndios prediais e florestais, os bombeiros brasileiros atravessavam o limite para prestar auxílio<sup>14</sup>. Nas últimas grandes enchentes do rio Acre, autoridades brasileiras e bolivianas atuaram em conjunto para evacuar as áreas de risco e amenizar os prejuízos.

## Indicadores das Assimetrias

Na Tabela 4 apresentamos alguns indicadores quantitativos que denotam os diferentes graus de assimetria entre as cidades-gêmeas. Devido à escassez de indicadores municipais comparáveis, foram selecionados como *proxies* apenas aqueles cuja definição do parâmetro coincide nos censos brasileiro e boliviano<sup>15</sup>. Os dados apontam para um maior nível de trabalhadores por conta própria e dependência do comércio nos municípios bolivianos. Assim como havíamos constatado com os aspectos da interação transfronteiriça relacionados à saúde, educação e segurança, alguns indicadores socioeconômicos (energia elétrica, coleta de lixo, computador e internet por domicílio) evidenciam que as desigualdades e as assimetrias são maiores na fronteira Mato Grosso do Sul–Santa Cruz, exatamente onde a estigmatização em relação à população boliviana é mais saliente. Já nas fronteiras Rondônia–Beni e Acre–Pando, menores são as assimetrias e a estigmatização – inclusive, na última, a categoria “computadores por domicílio” apresenta resultados mais positivos no município boliviano, embora o acesso à internet seja muito semelhante ao dos municípios brasileiros<sup>16</sup>. Ainda que os dados contenham defasagem temporal – uma vez que os últimos censos no Brasil e na Bolívia foram realizados, respectivamente, em 2010 e 2012 –, trazem indícios significativos quanto ao nível das desigualdades entre as urbes fronteiriças.

Tabela 4 – Indicadores socioeconômicos das cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia.

Municípios	Domicílios com energia elétrica	Domicílios com coleta de lixo (serviço de limpeza) <sup>1</sup>	Domicílios com computador	Domicílios com computador e acesso à internet / acesso à internet <sup>2</sup>	População que trabalha por conta própria	População que trabalha em comércio e serviços <sup>3</sup>
Corumbá (BRA)	97,36%	84,31%	30,69%	24,33%	19,56%	18,77%
Ladário (BRA)	98,86%	84,80%	29,85%	23,78%	17,32%	13,26%
Puerto Suárez (BOL)	88,27%	31,40%	18,25%	10,01%	43,14%	23,38%
Puerto Quijarro (BOL)	93,35%	68,08%	21,10%	9,20%	50,22%	42,40%
Guajará-Mirim (BRA)	96,78%	65,18%	26,99%	20,13%	24,34%	16,35%
Guayaramerín (BOL)	89,62%	68,91%	17,16%	6,07%	47,19%	26,81%
Brasileia (BRA)	92,53%	60,59%	19,27%	12,92%	26,73%	10,54%
Epitaciolândia (BRA)	93,62%	66,45%	19,86%	15,55%	30,80%	12,21%
Cobija (BOL)	91,73%	65,23%	31,86%	12,94%	36,14%	26,69%

Fonte: compilado pelo autor com base em dados do IBGE Cidades (2010) e do INE (2012).

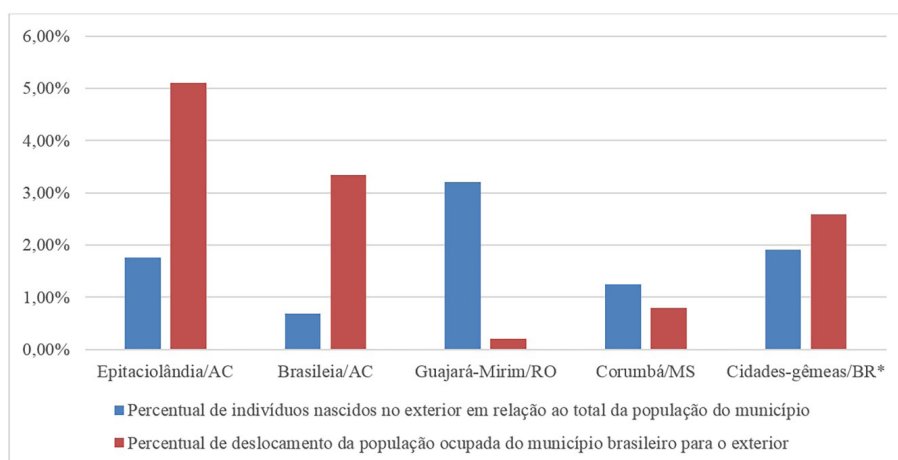
Observações:

<sup>1</sup> No IBGE selecionamos “lixo coletado por serviço de limpeza”, ignorando o indicador “coletado em caçamba do serviço de limpeza”; do mesmo modo, nas planilhas do INE selecionamos “utilizan el servicio público de recolección (carro basurero)”, ignorando “depositan en el basurero público o contenedor”. Se levamos em conta ambos os indicadores, a zona de fronteira sul-mato-grossense continua com uma margem consideravelmente acima do “lado” boliviano, enquanto na zona rondoniense os indicadores ficam muito próximos e na acreana a margem boliviana supera a brasileira.

<sup>2</sup> Enquanto o IBGE especifica “microcomputador com acesso à internet”, o INE não deixa claro se o “Servicio de Internet” é por computador ou celular – há também a categoria “Servicio de telefonía fija o celular”. Se “internet” se referir tanto a celular quanto computador, a assimetria é ainda mais acentuada.

<sup>3</sup> No IBGE obtivemos os dados na categoria “Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados”, enquanto no INE em “Trabajadora/or de los servicios y vendedores”. Vale ressaltar que os critérios de atribuição não são exatamente congruentes, mas ainda assim podemos ter uma estimativa do grau de assimetria.

Também com base em dados do IBGE (Figura 3), podemos verificar que Cobija, possivelmente pela proximidade com o Brasil e por ser capital regional, atrai um maior percentual de trabalhadores brasileiros, que se deslocam diariamente de Brasileira e Epitaciolândia – os percentuais estão consideravelmente acima da média das cidades-gêmeas fronteiriças brasileiras. Já Corumbá, apesar de ter registrado percentuais baixos, conta com uma população significativamente maior que as demais, o que a coloca numa posição de liderança se levarmos em conta números absolutos. Guajará-Mirim apresenta maior percentual apenas em número de residentes estrangeiros<sup>17</sup>. Consideramos que tanto o percentual de indivíduos nascidos no exterior (naturalizados e estrangeiros) quanto o percentual da população que se desloca ao exterior por motivo de trabalho (“deslocamento da população ocupada”) são indicadores que em parte refletem o nível da integração funcional de cada cidade-gêmea<sup>18</sup>.



\* Para calcular a média, levamos em consideração 35 cidades-gêmeas brasileiras – descartamos Chuí/RS como *outlier*. Ver Ferraro Jr., 2019.

Figura 3 – Aspectos da Integração Funcional.  
Fonte: IBGE Cidades, 2010.

Em relação à integração formal, há alguns elementos que indicam a crescente presença de instituições estatais e da sua participação no processo de formalização da integração local: nos três grupos há postos da Receita Federal e da Polícia Federal, bem como representações consulares de ambos os países. Ademais, foram contemplados pelo Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, que entrou em vigor em janeiro de 2009<sup>19</sup>. Tendo em vista esses aspectos objetivos da integração formal e funcional, reafirmamos a classificação dessas cidades-gêmeas, apresentada na primeira seção, como “fronteiras vivas” e “capilares”, com alguns elementos de “sinapse”.

## Conclusão

As desigualdades socioeconômicas e as assimetrias na oferta de serviços públicos constituem um dos principais fatores que determinam a direção dos fluxos transfronteiriços. Nesse sentido, a dicotomia entre abertura e fechamento da fronteira no que concerne ao acesso de bolivianos a serviços públicos no Brasil impacta diretamente as relações sociais e políticas locais, muitas vezes relegadas ao nível da integração funcional informal. A tensão entre a fronteira e o Estado, representada respectivamente pelo choque entre essas funcionalidades e as limitações institucionais da soberania territorial, é um elemento inerente à geopolítica urbana dessas regiões. A “paradiplomacia” dos municípios fronteiriços, beirando a informalidade em uma lógica de sobrevivência, rompe com as limitações burocráticas dos órgãos centrais nacionais, visto que o estabelecimento de acordos formais no nível das chancelarias é um processo demasiado moroso para atender ao dinamismo das demandas locais.

As desigualdades socioeconômicas entre ambos os países não apenas elevam a demanda por serviços públicos do “lado” brasileiro, como também contribuem para a consolidação de relações de estigma e prestígio. Nas cidades-gêmeas com desigualdades mais evidentes, maiores são as desconfianças quanto aos benefícios dos processos de integração<sup>20</sup>. As cidades bolivianas certamente são beneficiadas pela condição de fronteira: o alto fluxo de consumidores e varejistas brasileiros conferiu grande impulso ao seu desenvolvimento comercial e a proximidade com o Brasil permite que seus moradores contem com uma oferta de serviços públicos não disponíveis em outras regiões da Bolívia. Já na perspectiva dos municípios brasileiros, há maiores clivagens no que concerne aos atores locais beneficiados ou prejudicados pela situação de fronteira.

Apontados os principais elementos de desigualdade que condicionam os fluxos transfronteiriços, faz-se necessário realizar pesquisas comparadas que forneçam dados precisos quanto às carências e demandas pelos serviços públicos nas cidades-gêmeas, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas pertinentes. Vale mencionar que diversos trabalhos abordaram as demandas por serviços públicos em Corumbá/MS, realizados principalmente por pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, mas são poucos os trabalhos em perspectiva comparada entre as cidades-gêmeas da fronteira Brasil—Bolívia.

A realidade *sui generis* dos municípios fronteiriços torna imprescindível um tratamento diferenciado por parte dos governos nacionais, principalmente em questões de segurança, educação e saúde – esferas em que as assimetrias entre as nações geram maior impacto social. Tal diferenciação deve ser complementada por projetos de integração bilateral e multilateral, sem os quais o alcance das políticas públicas ficará limitado a perpetuar as desigualdades pré-existentes.

## Referências Bibliográficas

ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Empresas de navegação transportam alunos bolivianos e brasileiros gratuitamente em Guajará-Mirim (RO). 12 maio 2011.

BOLIVIA. *Constitución Política del Estado* (CPE), 7 fev. 2009.

Vicente Giaccaglini Ferraro Jr.

\_\_\_\_\_. *Decreto Supremo nº 21.137*, de 30 de novembro 1985.

\_\_\_\_\_. *Ley de Desarrollo y Seguridad Fronteriza*, de 4 de abril de 2011.

BRAGA, W. Hospital na Bolívia decreta emergência e bolivianos podem superlotar unidades na Fronteira. *O Rio Branco*, Acre, 05 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009, referente ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades 2010*, 2018.

BRUSLÉ, L. P. Frontera Bolivia con Brasil, nuevos esquemas fronterizos en el marco de la integración continental y de la integración nacional: el ejemplo de Pando. *Revista Estudios Fronterizos*, v. 1, n. 1, p. 47-67. La Paz, Bolívia, 2012.

CLARO, N. Prefeitura de Corumbá entrega a climatização da Escola Municipal CAIC. *Correio de Corumbá*, Corumbá, 24 nov. 2015.

COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 35-63. Rio de Janeiro, 2015.

FERRARO JR., V. G. Assimetrias socioeconômicas e fluxos territoriais na fronteira Brasil-Paraguai: Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. In: II Seminário de Estudos Fronteiriços. *Anais*. Corumbá: UFMS, 2011.

\_\_\_\_\_. A Integração nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia: elementos de cooperação e conflito. *Tempo da Ciência*, v. 25, n. 50, p. 79-92, 2018.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e integração das fronteiras brasileiras: análise comparada dos Arcos Norte, Central e Sul. In: LUDWIG, F. J.; BARROS, L. S. (Orgs.). *(Re)Definições das Fronteiras: os desafios para o Século XXI*, p. 177-210. IDESF, 2019.

FERREIRA, C. M. P. G.; MARIANI, M. A. P.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. O projeto Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras em Corumbá-MS, Brasil. *Revista GeoPantanal*, v. 10, p. 71-92, 2015.



FERREIRA C. M. P. G.; MARIANI M. A. P.; BRATICEVIC S. I. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá, Brasil. *Saúde Soc.*, v. 24, n. 4, p. 1137-1150, out.-dez., 2015.

FREITAS JR. Brasil e Bolívia discutem impasse de gastos com pacientes bolivianos em Rondônia. *G1*, 04 nov. 2017.

FIORI, M. Polícia Federal expulsa supostos espões bolivianos do país. *Agência Brasil*, Brasília, 23 set. 2008.

GOVERNO DE RONDÔNIA. Comitê de Integração Fronteiriça se reúne em Guajará-Mirim com o desafio de consolidar integração do Brasil com a Bolívia. Portal do Governo do Estado de Rondônia, Rondônia, 25 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Barco Hospital atende comunidades ribeirinhas no rio Guaporé até dia 4 de julho. Portal do Governo do Estado de Rondônia, Rondônia, 23.06.2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em Síntese: informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil. Censo 2010.

INE – Instituto Nacional de Estadística. Bolivia: indicadores sociales y económicos según departamento y municipio. Censo 2012.

LIMA, A. Sequestro de acreano por polícia boliviana pautada a bancada federal do Acre em Brasília. *O Alto Acre*, 27 fev. 2017.

MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P.; MONTEIRO L. do R. C. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 23, n. 2, p. 15-30, 2014.

OLIVEIRA, T. C. M. de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*, p. 377-408. Campo Grande: UFMS, 2005. 648 p.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

SILVA, W. A. *Fronteira e regionalização da saúde: os dilemas da microrregião de Corumbá-MS*. 74 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.

SILVEIRA da SILVA, L. L. Aspectos do Quadro Educacional nos Confins Amazônicos: O caso da Conurbação Brasileira-Epitaciolândia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Departamento de Geografia da UFES*, p.72-93. Janeiro-junho, 2017.

Vicente Giaccaglini Ferraro Jr.

STEIMAN, R. A. *Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. 117 p. Dissertação (Mestrado) – PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

TAMAYO, I. P. Gobierno otorga \$us 1.000 por mes por cada médico cubano. *El Deber*, 26 nov. 2018.

VASCONCELOS, N. Para dar escola a 659 bolivianos, Corumbá gasta R\$ 1,4 milhão por ano. *Campo Grande News*, 22 mar. 2013.

Recebido em: 31/10/2019      Aceito em: 6/11/2019

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada em parte com recursos da Alba Cultural. Foram entrevistados 80 brasileiros e bolivianos, em 2013, nos três grupos de cidades-gêmeas, dentre professores, diretores, estudantes, médicos, representantes do poder público municipal, estadual e federal, policiais, bombeiros, consules, comerciantes, empresários e prestadores de serviço.

<sup>2</sup> Pesquisas realizadas na fronteira Brasil-Paraguai tiveram constatações semelhantes. Ver Ferraro Jr., 2011.

<sup>3</sup> No mesmo período a população de Puerto Suárez aumentou de 15,2 mil para 19,8 mil, a de Puerto Quijarro de 12,9 mil para 16,6 mil, e a de Guayamerín de 40,4 mil para 41,8 mil (INE, 2012).

<sup>4</sup> Os municípios brasileiros também contam com elevado percentual de habitantes nascidos em outros locais, embora os números sejam relativamente inferiores aos dos municípios bolivianos. A população “natural do município” equivale a 81,25% em Corumbá (MS), 61,32% em Ladário (MS), 74,38% em Guajará-Mirim (RO), 75,27% em Brasileia (AC) e 65,37% em Epitaciolândia (AC) (IBGE, 2010).

<sup>5</sup> Outra alegada violação da soberania territorial ocorreu em fevereiro de 2017, com a prisão de um brasileiro pela polícia boliviana supostamente em Epitaciolândia – o caso chegou, inclusive, às chancelarias e ao Congresso Nacional (LIMA, 2017). Em protesto, a família do brasileiro bloqueou o acesso às pontes internacionais por dias, até a desobstrução ser efetivada por órgãos brasileiros.

<sup>6</sup> Tais constatações foram feitas com base na pesquisa de campo em 2013. Faz-se necessário realizar um acompanhamento para verificar a atual situação do programa nas diferentes escolas.

<sup>7</sup> A grande maioria das pesquisas sobre a fronteira Brasil-Bolívia foram realizadas por instituições brasileiras. Parte significativa do material elaborado por autores bolivianos limita-se a informes e relatórios de órgãos governamentais.

<sup>8</sup> Língua Espanhola será obrigatória no Ensino Médio a partir de 2019 em Rondônia, *Tudo Rondônia*, 22 out. 2018.

<sup>9</sup> Deputados aprovam projeto e Espanhol se torna disciplina obrigatória nas escolas acreanas, *Folha do Acre*, 14 maio 2019.

<sup>10</sup> Não foi possível desagregar os dados do IBGE de estudantes do nível superior dos demais níveis, mas a pesquisa de campo revelou que a maior parte das observações quanto ao número de indivíduos que frequentam “escolas ou creches no exterior” (Tabela 2) corresponde aos brasileiros que estudam em universidades particulares da Bolívia.

<sup>11</sup> Decreto Supremo nº 21.137, de 30 de novembro de 1985, art. 12.

<sup>12</sup> Cabe destacar que em abril de 2019 o hospital decretou emergência por falta de insumos e pessoal, o que causou apreensão nos hospitais brasileiros (BRAGA, 2019).

<sup>13</sup> Por exceção da brigada do aeroporto.

<sup>14</sup> Nas entrevistas, bombeiros brasileiros se queixaram do tratamento dado por algumas autoridades bolivianas, afirmando que em determinadas ocasiões lhes cobraram pedágio para transitar.

<sup>15</sup> Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano apresentam distorções que dificultam a realização de comparações.

<sup>16</sup> A “estigmatização social” em relação à população boliviana foi avaliada através de entrevistas e relatos de brasileiros e bolivianos.

<sup>17</sup> Por “exterior” não há apenas “Bolívia”. No entanto, amostras por nível agregado por estado apontaram que a Bolívia corresponde a maior parte das observações. A categoria “nascidos no exterior (naturalizados e estrangeiros)” do IBGE deve ser abordada com cautela, pois, conforme observamos na pesquisa de campo, muitos bolivianos temem revelar sua condição e passar por problemas migratórios.

<sup>18</sup> Em uma análise comparada sobre os arcos Norte, Central e Sul (FERRARO JR., 2019), propusemos alguns critérios para operacionalizar a classificação de Tito C. Machado de Oliveira (2005) e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005).

<sup>19</sup> Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009. As Localidades Vinculadas do Acordo são as seguintes: 1. Brasília a Cobija; 2. Guajará-Mirim a Guayeramirim; 3. Cáceres a San Matías e 4. Corumbá a Puerto Suarez.

<sup>20</sup> Ao todo, somente 45% dos brasileiros entrevistados afirmaram que as relações na fronteira são boas ou muito boas, enquanto dentre os bolivianos o número atingiu a marca de 82%. Contudo, tais dados não devem ser generalizados à população das cidades-gêmeas, haja vista que os entrevistados pertencem a grupos sociais específicos, que direta ou indiretamente lidam com questões relacionadas à transposição do limite político. Ademais, a limitação de recursos impossibilitou a seleção aleatória de amostras maiores e o fato de o condutor da pesquisa ser brasileiro pode ter gerado viés na resposta dos bolivianos entrevistados.